A psicologia no Brasil nos últimos 25 anos *

LOURENÇO FILHO

1. Visão geral do período. 2. Antecedentes e feição inicial. 3. Fatos capitais do período. 4. A Lei n.º 4.119 e a formação de psicólogos. 5. Providências iniciais para a regulamentação da profissão. 6. Conclusão.

1. Visão geral do período

Dos fins de 1944 até agora, teve a psicologia em nosso país desenvolvimento muito considerável. Deu-se êle tanto no domínio do ensino como no das atividades de aplicação, sempre crescentes.

Deve-se lembrar que até 1939 não figurava a psicologia no elenco das disciplinas dos cursos superiores. Então passou a constar do currículo de dois cursos de padrão federal, o de filosofia e o de pedagogia; e, como um e outro tivessem a duração de quatro anos, fàcilmente se compreende que graduados, em número apreciável, só em 1944 se tornariam conhecidos.

Quanto a atividades de aplicação, não dependem apenas do nível acadêmico dos estudos, mas de necessidades reais da vida social, que àquelas reclamem, na educação, na defesa da saúde mental, na organização do trabalho, e em outros campos. Ora, nestes últimos 25 anos tais neces-

* In: *Informativo*, FGV, 1969.

sidades vieram a crescer e a intensificar-se, dadas as crescentes mudanças da vida econômica, administrativa, política e social, em várias regiões do país.

O movimento de industrialização fêz deslocar grandes grupos da população rural para as cidades, gerando graves problemas de ajustamento; por outro lado, elevou a demanda de ensino, por tôda parte; e, em si mesmo, veio a sentir delicadas questões de organização e administração. Os remédios da psicologia passaram a ser reclamados, com maior ou menos propriedade, ou mesmo sem ela.

Êste breve artigo não poderá tratar de todos êsses pontos. Terá de contentar-se em arrolar informações e indicar determinadas relações entre fatos e situações, as quais, a seu tempo, serão estudadas.

Entre tais relações, como se verá, figuram as que entidades privadas, de fins culturais, hajam suscitado, ou fortalecido, para maior e melhor progresso no decorrer do período. É êsse o caso da Fundação Getúlio Vargas, cuja atuação no desenvolvimento da psicologia, em nosso país, foi na verdade muito relevante, nos últimos 25 anos.

2. Antecedentes e feição inicial

Como nos demais países de evolução cultural similar à nossa, os estudos psicológicos e suas aplicações foram iniciados por autodidatas, especialmente provindos da classe dos educadores e da dos médios. Algumas poucas dessas pessoas tiveram oportunidade de se aperfeiçoarem em outros países, e maior o número o terá feito em contato com especialistas estrangeiros, quando aqui contratados; ou, então, com os que aqui vieram para radicar-se, como nos deram exemplo, em épocas diversas, Helena Antipoff e Emilio Mira y López.

Já em 1934, a Universidade de São Paulo e, no ano seguinte, a antiga Universidade do Distrito Federal, ambas recém-criadas, ensaiaram estudos de psicologia em cursos de formação de professôres secundários, bem como em estudos de filosofia, muito embora não existisse ainda padrão federal. Ao instituírem tais cursos uma e outra dessas universidades para êles contrataram professôres europeus. Pouco antes, a antiga Universidade do Rio de Janeiro (depois Universidade do Brasil), anexara a seus serviços um antigo laboratório de psicologia, criado numa colônia de psicopatas nos arredores do Rio de Janeiro, e dirigido pelo especialista polonês Waclaw Radecki.

Sentiam essas universidades interêsse pelo progresso dos estudos psicológicos, admitindo como necessária uma fase de estudos regulares, para os quais dever-se-ia contratar professôres estrangeiros. Nessa ocasião, como ainda depois, foram contratados, entre outros, Etiene Souriau, André Ombredane, Jean Maugé, Roger Bastide, Paul Arbousse Bastide. Vários dêles, em virtude da Segunda Grande Guerra, prolongaram seu estágio precisamente até os fins de 1944. Ao regressarem a seus países, foram então substituídos por professôres brasileiros — uns que haviam feito estudos especiais

no estrangeiro e outros que haviam servido como assistentes a êsses mestres.

Essa fase de organização preliminar, como seria natural, deveria marcar certa dependência dos estudos às preferências dos mestres estrangeiros, às tendências e fontes bibliográficas que indicassem. É evidente que a substituição dêles, por professôres nacionais, nestes depertaria maior confiança no que, já então, aqui se pudesse realizar. Êsse sentimento de afirmação refletiu-se claramente nalguns trabalhos então publicados, entre os quais um esbôço sôbre o histórico da disciplina, entre nós, sob o expressivo título de *A psicologia experimental no Brasil.*

Não decorria êle, contudo, apenas dessa impressão de terreno conquistado, mas também da compreensão crescente do valor das técnicas de aplicação psicológica na organização racional do trabalho.

Os precursores, nesse caso, representavam-se pelo grupo que, ainda antes de 1930, fundara em São Paulo um Instituto com êsse título, abreviadamente conhecido pela sigla IDORT. Já aí não figuravam apenas médicos e educadores, mas engenheiros e administradores, entusiastas de novos métodos de organização, entre os quais será preciso lembrar o professor de engenharia suíço Roberto Mange. Contratado para ensinar na Escola Politécnica de São Paulo, aqui se radicou, tendo prestado reais serviços à psicologia aplicada, embora essa não haja sido a especialidade de seu contrato.

Grupo similar de engenheiros e administradores, uns do serviço público e outros de emprêsas particulares, viria a constituir-se depois no Rio de Janeiro. Realizou trabalhos de seleção profissional em várias emprêsas; e, em 1937, sob a direção de João Carlos Vital, organizou um concurso para recrutamento inicial no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Já anteriormente, alguns dêsses administradores haviam participado de uma comissão especial para estudos de métodos e normas aplicáveis à seleção do funcionalismo civil da União. Logo após, seria essa comissão assimilada num nôvo e importante órgão da administração federal, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado em 1938, sob a presidência do Doutor Luiz Simões Lopes. Os procedimentos de psicologia aplicada, entre outros, utilizados por êsse departamento, deram nova feição ao recrutamento do pessoal civil nos serviços federais, passando a influir decisivamente na seleção de pessoal de vários estados. Assim se ampliava o chamado "sistema do mérito", nessa seleção, com o que se influía também em certas condições do ensino de nível médio, em todo o país.

É de registrar-se a criação de órgãos ou serviços correlatos, desde 1939, como, por exemplo o Serviço de Seleção Profissional da Estrada de Ferro Central do Brasil; em 1942, o Laboratório de Psicotécnica do Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, em São Paulo; e, logo também, o do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Rio. Em 42 e 43 passaram as leis de ensino a fazer referência a serviços de orientação educacional nos estabelecimentos de grau médio (Lei Orgâ-

nica do Ensino Industrial, idem do Ensino Secundário, idem do Ensino Comercial).

Não terá sido por simples acaso que o presidente do DASP, Dr. Luiz Simões Lopes, considerando os resultados obtidos por êsse órgãos, e desejando expandir mais os princípios e normas da organização racional do trabalho, tivesse tratado de criar uma fundação para isso. Veio ela a ter os estatutos aprovados a 20 de dezembro de 1944, tomando a denominação de Fundação Getúlio Vargas.

O sentimento de afirmação, primeiramente caracterizado pelo aproveitamento de professôres nacionais de psicologia, nas universidades, reforçava-se com a criação dessa entidade, cujos trabalhos estariam destinados a ter grande desenvolvimento e projeção em todo o país. Êsse desenvolvimento, como de imediato se verificará pela indicação de fatos capitais nos últimos 25 anos, tem-se servido de métodos da psicologia aplicada, mediante criação de serviços especiais, órgãos de divulgação científica e desenvolvimento de pesquisas diversas.

3. Fatos capitais do período

Eis uma relação de fatos expressivos, não de todo completa, mas suficiente para demonstração da evolução orgânica obtida no ensino e aplicações da psicologia, nestes últimos 25 anos, em nosso país:

— em 1945, o Departamento Administrativo do Serviço Público inaugura um *curso especial sôbre seleção, orientação e readaptação profissional e problemas correlatos,* para o qual contratou o Professor Emilio Mira y López, da Universidade de Barcelona, especialista internacionalmente reputado;

— em 1946, expede o Ministério da Educação a Portaria n.º 328, relativa à organização de cursos de pós-graduação para especialização em psicologia educacional, psicologia clínica e psicologia aplicada ao trabalho;

— no mesmo ano de 1946 é criado, no Departamento Nacional da Criança, do Ministério da Saúde, o *Centro de Orientação Juvenil* (COJ), com serviços de psicologia clínica abertos ao público;

— em 1947, no Rio de Janeiro, a Fundação Getúlio Vargas cria o *Instituto de Seleção e Orientação Profissional* (ISOP), com serviços abertos ao público, o qual logo passou a funcionar sob a presidência do Dr. João Carlos Vital, e a direção técnica do Professor Mira y López;

— ainda em 1947, são registrados os estatutos da *Sociedade de Psicologia de São Paulo,* antes fundada;

— em 1949, é criado no Ministério da Guerra o *curso de classificação de pessoal,* com desenvolvido programa de psicologia aplicada (Portaria n.º 171, de 28 de outubro dêsse ano);

— também em 1949, a Fundação Getúlio Vargas cria o periódico trimestral *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica,* que atualmente circula com o título de *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada;*

— ainda no mesmo ano é fundada a *Associação Brasileira de Psicotécnica,* com sede no Rio de Janeiro, filiada à associação internacional do mesmo nome; (atualmente, *Associação Brasileira de Psicologia Aplicada*);

— em 1950, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Prêto, Estado de São Paulo, estabelece um Departamento de Psicologia médica para o ensino de Psicologia, Psicanálise, Medicina psicossomática e Higiene mental;

— em 1951, é criado no Ministério da Marinha o *Serviço de Seleção Psicotécnica Naval;*

— também em 1951, circula o *Boletim do Instituto de Psicologia,* da Univ. do Brasil;

— em 1952, é criado o *Centro Editor de Psicologia Aplicada* (CEPA), com organização similar à de entidades do mesmo gênero nos Estados Unidos, para os fins de produzir material adequado a exames psicológicos, só distribuído a pessoas que comprovem adequada preparação para realizar tais exames;

— em 1953, sob a direção do professor norte-americano Otto Klineberg, que estêve no Brasil por dois anos contratado pela Universidade de São Paulo, é publicado o volume *Psicologia moderna,* com 20 capítulos, dos quais a maioria escrita por especialistas brasileiros;

— no mesmo ano, reúne-se em Curitiba, Paraná, o *I Congresso Brasileiro de Psicologia;*

— ainda nesse ano, a Associação Brasileira de Psicotécnica entrega ao Ministério da Educação um memorial acompanhado de esbôço de anteprojeto de lei, relativo à formação de psicologistas e à regulamentação dessa profissão;

— em 1954, é fundada, em São Paulo, a *Associação Brasileira de Psicólogos;*

— em 1955, é realizado, no Rio de Janeiro, o *I Seminário Latino-Americano de Psicotécnica;*

— em 1957, a Associação Brasileira de Psicotécnica renova o seu memorial de 1953, junto ao Ministério da Educação, e, no mesmo ano, o Conselho Nacional de Educação aprecia êsse documento, emitindo parecer favorável;

— ainda em 1957 é publicado o primeiro número da *Revista de Psicologia Normal e Patológica,* publicação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo;

— em 1958, o Poder Executivo envia ao Congresso Nacional a Mensagem n.º 47, relativa ao anteprojeto de formação de psicologistas e regulamentação respectiva;

— no mesmo ano, embora ainda não aprovado o projeto referido, a Universidade de São Paulo e a Universidade do Rio Grande do Sul ensaiam cursos básicos de formação em psicologia;

— em 1959, reúne-se no Rio de Janeiro o *VI Congresso Interamericano de Psicologia,* promovido pela Sociedade Interamericana de Psicologia, com a cooperação da Associação Brasileira de Psicologia Aplicada;

— também em 1959, é publicado o volume *Pesquisa sôbre nível mental da população brasileira,* realizada pela Seção de Psicotécnica do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAC;

— em 1960, são publicados os *Anais do VI Congresso Interamericano de Psicologia,* num volume de 812 páginas, editado pela Fundação Getúlio Vargas;

— em 1961, reúnem-se comissões da Associação Brasileira de Psicologia Aplicada, da Sociedade de Psicologia de São Paulo e da Associação Brasileira de Psicólogos, para exame de um substitutivo ao projeto em tramitação na Câmara dos Deputados sôbre formação de psicólogos;

— em 1962, a 5 de setembro, é publicada a Lei n.º 4.119, de 27 de agôsto, cuja emenda é a seguinte: "Dispõe sôbre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo";

— em 1963, é baixada a Portaria n.º 93, da Diretoria do Ensino Superior, do Ministério da Educação, sôbre os serviços da Comissão Especial de Registro de Psicólogos;

— em 1964, é publicado o Decreto n.º 53.464, de 21 de janeiro, que regulamenta a Lei n.º 4.119 citada;

— ainda em 1964, *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* consagra um número especial ao estudo da vida e obra de Emilio Mira y López, falecido no comêço dêsse ano, e a Fundação Getúlio Vargas institui um prêmio bienal com o nome dêsse psicólogo como láurea à melhor monografia inédita sôbre psicologia, produzida no Brasil, no período;

— em 1966, é criada pela Fundação Getúlio Vargas, em cooperação com a Fundação Ford e o American Institute for Research, a Comissão de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas (CETPP), como parte integrande do ISOP; (essa Comissão tem agora a categoria de Centro de Estudos);

— em 1968, é instituído, no ISOP, um Grupo de Trabalho sôbre Classificação de Pessoal, com psicólogos dêsse Instituto e das Fôrças Armadas, para levantamento das aptidões da população brasileira em idade de convocação para o Serviço Militar;

— em 1969, divulga-se que, no ano anterior, nos cursos de formação em psicologia, devidamente reconhecidos, estiveram matriculados cêrca de dois mil alunos;

— no mesmo ano, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro abre inscrição para dois cursos de *mestrado em psicologia,* a serem instalados em 1970.

4. A Lei n.º 4.119, e a formação de psicólogos

A Lei n.º 4.119, de 1962, que dispõe sôbre a formação de psicólogos e a regulamentação de sua profissão figura, em todo o período descrito, como fato de especial importância por seu significado técnico-científico e alcance social.

Nessa lei são previstas três modalidades de cursos nas faculdades de filosofia: de bacharel e de licenciado em psicologia, e de psicólogo. Os diplomados pelos dois primeiros curso terão funções de ensino, na forma da legislação própria.

Ao portador do diploma de psicólogo também se confere o direito de ensinar, além do de exercer o profissão de psicólogo. Constitui dela função privativa a utilização de métodos e técnicas psicológicas, com êstes objetivos: a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de problemas de ajustamento. É ainda de sua competência a colaboração em assuntos psicológicos ligados a outras ciências.

Usando de suas atribuições, o Conselho Federal de Educação, logo a seguir, fixou a duração mínima dos cursos dantes indicados, com três, quatro e cinco anos, assim dispondo sôbre os currículos:

"O currículo mínimo do curso de psicologia, para o bacharelado e a licenciatura, compreende as matérias abaixo indicadas:

1. Fisiologia;
2. Estatística;
3. Psicologia geral e experimental;
4. Psicologia do desenvolvimento;
5. Psicologia da personalidade;
6. Psicologia social
7. Psicopatologia geral.

Para obtenção do diploma de psicólogo exigem-se, além das matérias fixadas nos itens de números 1 a 7 dêste artigo, mais cinco (5) outras, assim discriminadas:

8. Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológicos;
9. Ética profissional;
10/12. Três dentre as seguintes:

   a) Psicologia do excepcional;
   b) Dinâmica de grupo e relações humanas;
   c) Pedagogia terapêutica;
   d) Psicologia escolar e problemas de aprendizagem
   e) Teorias e técnicas psicoterápicas;
   f) Seleção e orientação profissional;
   g) Psicologia da indústria.

São ainda obrigatórios:

a) para obtenção do diploma que habilita ao exercício de magistério em cursos de nível médio, as matérias pedagógicas fixadas em resolução especial, de acôrdo com o Parecer n.º 292/62, das quais se exclui a psicologia da educação;

b) para obtenção do diploma de psicólogo, um período de treinamento prático sob a forma de estágio supervisionado."

A apreciação das funções atribuídas aos psicólogos profissionais, bem como da feição geral do currículo adotado para sua formação, foi objeto de um simpósio promovido pela Associação Brasileira de Psicólogos e pela Sociedade de Psicologia de São Paulo, realizado em 1963, em Campinas, nesse estado. Também nessa importante reunião de estudos, que contou com professôres especializados, foram examinadas questões conexas, como a da situação da pesquisa psicológica no Brasil e a existência de professôres nacionais para as disciplinas adotadas naquele curso de formação. Todo êsse material está publicado em *Boletim de psicologia,* referente aos números de 1964 e 1965, reunidos num só tomo, em 1966.

5. Providências iniciais para a regulamentação da profissão

Além das disposições relativas à formação de psicólogo, a Lei n.º 4.119 determinou que o Ministério da Educação tomasse providências iniciais para a regulamentação da profissão de psicólogo.

Umas referiam-se ao registro de certificados ou diplomas dos cursos de especialização em psicologia e, bem assim, ao registro dos diplomas de psicólogos, providência aí indispensável para que a profissão possa ser exercida. Outras diziam respeito ao registro de pessoas que viessem exercendo atividades profissionais de psicologia aplicada, desde que pudessem comprovar duas condições fundamentais: exercício profissional por mais de cinco anos, e capacidade satisfatória na especialidade.

Nesse último caso, os pedidos poderiam ter parecer justificativo de deferimento puro e simples; ou parecer condicionando o deferimento à prestação de provas; ou parecer exigindo diligência, senão desde logo indicando o indeferimento.

Para o exame da documentação apresentada pelos candidatos a registro, na forma da lei, o Ministro da Educação designou uma comissão de professôres de psicologia e especialistas em psicologia aplicada, o que fêz pela Portaria n.º 227, de 9 de outubro de 1962. Inicialmente, a comissão ficou assim constituída: Prof. Pe. Antônio Benko, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Prof.ª Carolina Martuscelli, da Universidade de São Paulo; Prof. Enzo Azzi, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Prof. Pedro Parafita Bessa, da Universidade de Minas Gerais, além do signatário dêste artigo, como presidente.

Ainda que naquela data designada, não entrou a comissão imediatamente a funcionar, dada a necessidade de atos complementares da lei, inclusive publicação de um edital que estabelecesse os interessados quanto à documentação a ser ajuntada a suas petições. Essa providência foi tomada depois da nova Portaria, a 2 de julho de 1963, havendo a comissão iniciado seus trabalhos regulares no mês seguinte. Deu-se, logo após, a substituição do Prof. Enzo Azzi pelo Prof. Arrigo Leonardo Angelini da Universidade de São Paulo.

No ano de 1963, a comissão tomou conhecimento de 1.511 pedidos, incluídos nesse número tôdas as espécies de registro. No ano seguinte examinou mais de 500 pedidos novos, subindo assim o número de petições a cêrca de dois mil. Um têrço dos pedidos teve desde logo parecer favorável, e outro têrço, desfavorável. Os requerimentos restantes apresentavam documentação incompleta ou menos satisfatória.

Depois de três anos de trabalho, a comissão teve suas atividades dispensadas, visto que os casos pendentes estavam claramente informados quanto às exigências. Não obstante, para determinados casos, a Diretoria do Ensino Superior ainda remeteu diferentes processos a membros da antiga comissão, para que emitissem laudos, na qualidade de peritos.

Em abril do corrente ano, de 1969, houve por bem a autoridade competente reabrir, por 60 dias, o prazo para apresentação de petições a registro.

Em qualquer caso, os requerimentos deferidos, na forma da lei, constituiriam a providência inicial para regulamentação da profissão, a qual, no entanto, só virá a ser completada pela ação do Conselho Federal de Psicologia e conselhos regionais a êsse subordinados e a serem constituídos mediante eleição entre os próprios psicólogos já registrados.

6. Conclusão

Os estudos da psicologia no Brasil, no últimos 25 anos, transitaram da fase primária de organização, em que se acusava estrita dependência a especialistas de outros países, para um estágio de crescente afirmação. Em 1946, criaram-se cursos de especialização em psicologia aplicada, e, em 1962, três cursos de formação em Psicologia, entre os quais, o mais longo, com a extensão de cinco anos, habilita ao exercício da profissão de psicólogo, regulada por lei. As atividades de aplicação desenvolveram-se mediante a criação de clínicas e laboratórios, além de maiores institutos. Para êsse resultado, que respondia a solicitações sociais, dadas as grandes mudanças da vida do país, concorreram os próprios psicologistas, ou psicotécnicos, da fase anterior, através de suas associações; mas, assim também, entidades com fins puramente culturais, como a Fundação Getúlio Vargas, que em 1947 fundou um instituto de seleção e orientação profissional; em 1949 iniciou a publicação de um periódico trimestral, sempre regularmente mantida; e, mais recentemente, organizou um centro de pesquisas psicológicas, com a colaboração de entidades similares estrangeiras.

Fontes: ARQUIVOS Brasileiros de Psicotécnica, Rio, Fundação Getúlio Vargas, coleções de 1949 a 1969; CABRAL, Anita de Castilho Marcondes. A psicologia no Brasil. In: *Psicologia,* Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, Boletim 119, 1950; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Vinte anos de atividades,* 1944-1964. Rio, Serviço de Publicações, 1966; LOURENÇO FILHO, M. B. A. psicologia no Brasil. In: *As ciências no Brasil.* Obra organizada sob os auspícios da Instituição Larragoiti, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1955 v. 2; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Atos do govêrno da República.* Rio, Serviço de Documentação, 1966; OLINTO, Plínio. A psicologia experimental no Brasil. In: *Imprensa Médica. Rio de Janeiro, 20* (363) : maio 1944.

ESTUDOS DE PSICANÁLISE

Publicação do Círculo Brasileiro de Psicologia Profunda. Revista semestral a Cr$ 20,00 a assinatura anual. Números 1 e 2 referentes a 1969 ainda disponíveis a Cr$ 12,00 o exemplar.

REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS GALBA VELLOSO

Publicação do Centro de Estudos do Hospital Galba Velloso, tratando de trabalhos científicos sôbre temas de psiquiatria e ciências afins. Revista semestral a Cr$ 20,00 a assinatura anual.

PARAPSICOLOGIA EM REVISTA

Publicação do Instituto Mineiro de Parapsicologia, destinada ao desenvolvimento de estudos parapsicológicos. Revista bimestral a Cr$ 15,00 a assinatura anual.

PEDIDOS DE ASSINATURAS DAS 3 PUBLICAÇÕES ACIMA À DISTRIBUIDORA EXCLUSIVA

AGÊNCIA VAN DAMME

Rua Goitacazes, 103 s/1309-1310

Fone: 26-6492

Belo Horizonte — M. G.